

Proibições

Informações Gerais

É o dever de probidade que está constitucionalmente integrado na conduta do servidor público como elemento necessário à legitimidade de seus atos. Ao servidor é proibido:

- a) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- c) recusar fé a documentos públicos;
- d) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- e) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- f) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- g) coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- h) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- i) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública
- j) participar de gerência ou administração de empresa privada, sociedade civil, salvo a k) participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário (Redação dada pela Lei nº

11.784, de 22/09/2008);

l) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

m) receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

n) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

o) praticar usura sob qualquer de suas formas;

p) proceder de forma desidiosa;

q) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

r) cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

s) exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

t) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Fundamentação legal

- [Art. 117 da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990;](#)
- [Art. 172 da Lei nº 11.784, de 22/09/2008.](#)

Revision #2

Created 17 May 2023 17:19:17 by Andreia Cristina da Silva Barbosa

Updated 5 February 2026 11:28:16 by Andreia Cristina da Silva Barbosa